

As origens antidemocráticas do neoliberalismo

Quinn Slobodian¹ – Terrestres² – 12/07/2026



Destino, que destino?

Ao final de *A escolha da guerra civil*³, Pierre Dardot, Haud Guéguen, Christian Laval e Pierre Sauvêtre mencionam um encontro entre Napoleão e Goethe, ocorrido em 1808. Afirma-se que, na ocasião, Napoleão disse: "Por que sempre se fala em destino? O destino, ele está na política." Essa frase, desde então, ressoou tão profundamente que o industrial alemão Walter Rathenau a retomou na década de 1920 para transformá-la em "O destino, ele está na economia". Após a Segunda Guerra Mundial, Ludwig Erhard, Ministro da Economia da Alemanha Ocidental e figura-chave na implementação, no pós-guerra, de uma versão alemã inicial do neoliberalismo, usou a mesma fórmula: "O destino, ele está na economia."

Essa reformulação reflete bem a oposição atual entre o neoliberalismo e os seus adversários no campo da direita. Alguns argumentam que existe uma "lei econômica" imperativa, em nome da qual burocratas responsáveis e instituições financeiras guiadas por algoritmos determinam o destino das pessoas segundo princípios abstratos extraídos da ciência econômica. Outros, porém, se recusam a se submeter às forças do mercado e supervalorizam o Estado, a soberania e o poder de um líder carismático, ou seja: a intervenção do que está fora daquela lei. Ora, essa alternativa nos leva de volta às ideias que circulam há uma década. Ouve-se falar do retorno dos homens fortes, de tantos pequenos napoleões que erguem a bandeira de que "o destino está na política". E ela vem

¹ Professor de História Internacional na Frederick S. Pardee School of Global Studies da Universidade de Boston. Seu livro mais recente é *Muskism: A Guide for the Perplexed*, escrito em colaboração com Ben Tarnoff. Fonte: Terrestres 16 de junho de 2026: <https://www.terrestres.org/2026/06/16/aux-origines-antidemocratiques-du-neoliberalisme/>

² Este texto é o prólogo da tradução americana do livro por Pierre Dardot, Haud Guéguen, Christian Laval e Pierre Sauvêtre – *The Choice of Civil War, Neoliberal Strategy and the Politics of the Enemy*, Verso, 2026.

³ Existe tradução para o português: Pierre Dardot, Haud Guéguen, Christian Laval e Pierre Sauvêtre – *A escolha da guerra civil – Uma outra história do neoliberalismo*. Editora Elefante, 2021.

sendo também chamada por Timothy Snyder, diante da lógica distributiva implacável do mercado, de "política da eternidade".

Esse é exatamente o arcabouço interpretativo que esse livro pretende questionar. Primeiramente, porque nenhuma dessas duas opções oferece uma solução real; em segundo lugar, porque a alternativa é empiricamente falsa. O neoliberalismo, na verdade, não adere à ideia de que "o destino está na economia". O neoliberalismo, argumentam os autores, também é napoleônico. O universo conceitual em que Ehrard se moveu nos anos 1960 foi moldado por uma doutrina influenciada por Carl Schmitt, o jurista nazista. Da forma mais crua, os primeiros neoliberais compartilhavam com Schmitt a crença na necessidade de uma concentração do poder estatal que se colocasse acima dos interesses conflitantes do povo.

Para eles, contudo, a decisão política deveria estar orientada por outros propósitos. Schmitt e Friedrich Hayek acreditavam que havia uma diferença fundamental entre o direito (*Recht*), que estava acima do governo democrático, e a legislação (*Gesetz*) criada pelos órgãos eleitos, que sempre deveria ficar circunscrita dentro de limites estritos. Ambos compartilharam o que os autores chamam de "demofobia".

O destino na prática

Quando Margaret Thatcher, durante a greve dos mineiros em meados dos anos 1980, afirmou que os mineiros desconheciam a lei do país e, portanto, a lei da economia, ela arrogou para si mesma o direito de interpretar o que "a economia" impunha, tal como Napoleão havia feito em relação à política, no encontro com Goethe. As demandas econômicas foram subordinadas a uma política combativa mais ampla contra o socialismo e as organizações dos trabalhadores. Um leitmotiv recorrente do neoliberalismo, nos dizem os autores, "é ressignificar a luta de classes como uma guerra civil para melhor colocar o Estado neoliberal acima de interesses particulares."

Longe de ser um ato apolítico, o projeto voltado para transformar a economia em um destino é, sem dúvida, a expressão mais bem-sucedida da política do final do século XX e início do século XXI. É uma política que, segundo os autores, apresenta as "suas próprias decisões como se não fossem decisões e, dessa forma, proíbe qualquer alternativa em termos de política econômica". Não estamos enfrentando uma oscilação pendular da economia para a política, mas sim uma modulação no tipo de política que é realizada. Este livro nos mostra o que acontece quando é adotada uma forma de política que se recusa a reconhecer o seu próprio status político. Dela decorre a lógica da guerra civil, pois, segundo os autores, se a existência da política como tal for negada, o que acontece no vazio assim criado torna-se determinante.

Os autores destacam uma semelhança fundamental entre a decisão do presidente francês Emmanuel Macron de suprimir a revolta dos *coletes amarelos* e a designação, nos Estados Unidos, do protesto antirracista e internacionalista como "terrorista". Em ambos os casos, os líderes políticos entram num beco sem saída: defendem continuamente uma ordem econômica que mina as próprias condições para a reprodução da sociedade, gerando sintomas de raiva e frustração em cadeia. À medida que a situação piora, os sintomas, inicialmente interpretados como sinais de alerta indicadores de uma situação não resolvida, acabam sendo considerados como evidência da existência de um corpo estranho dentro da nação que deve ser controlado e expulso. Cria-se, então, um clima de

"suspeita generalizada" que deslegitima antecipadamente qualquer ato de descontentamento.

Em 2024, ao final da campanha presidencial dos EUA, observou-se um momento bem revelador. Os democratas, que tentavam focar a campanha na "defesa da democracia", descobriram que muitos eleitores, mesmo compartilhando esse ponto de vista, iriam votar contra eles apesar de tudo. É verdade que isso pode ter intrigado especialistas em estratégia eleitoral, mas a história apresentada neste livro nos permite explicá-la. Segundo Nancy Fraser, a partir dos anos 1980, o neoliberalismo encontrou seguidores em ambos os extremos do espectro político. O Partido Democrata priorizou critérios de eficiência e crescimento em vez de defender por princípio a classe trabalhadora e a redução das desigualdades.

O destino é a necropolítica

O neoliberalismo progressista ofereceu, como compensação a todos aqueles que perderam, um discurso sobre meritocracia, fácil acesso ao crédito e a promessa de mobilidade ascendente intergeracional. Contudo, os autores corrigem Fraser ao apontar que a ruptura de tal centro-esquerda com a sua base na classe trabalhadora sempre veio junto com tendências extremistas, próximas do neoliberalismo autoritário. A ação afirmativa, o questionamento das narrativas históricas dominantes e as novas normas contra assédio e discriminação no trabalho deveriam ser vistas como meras concessões marginais. Eram típicas de uma esquerda preocupada com o estilo de vida individual, mas desejosa também de manter as estruturas econômicas intactas como um todo. Ao invés delas, surgiram então novos avanços extremistas numa guerra contra a própria civilização.

Houve uma mudança de tática à direita, que os autores viram assim: "do medo paranoico das massas passou-se a um esforço para seduzi-las cinicamente". Em 1992, o anarcocapitalista Murray Rothbard viu uma necessidade de romper com o modelo de Hayek, o qual funcionava apenas de cima para baixo. Pois, ele consistia em "converter as elites intelectuais à liberdade, começando pelos filósofos mais eminentes e, depois, ao longo de várias décadas, convertendo jornalistas e outros formadores de opinião na mídia." Para Rothbard, a alternativa era mobilizar também os "*rednecks*" (caipiras) por meio de um movimento de baixo para cima. Ele escreve: "Uma estratégia de duas frentes possibilita, por um lado, constituir um grupo baseado em ideias corretas e formado por nossos amigos libertários, ou seja, pessoas influentes a favor de um Estado mínimo, e, por outro lado, formar as massas para que confrontem a mídia dominante e as elites intelectuais. É preciso incitar as massas populares contra as elites que as saqueiam, que as enganam e as oprimem tanto social quanto economicamente."

Com o Brasil de Bolsonaro e com a América de Trump, foi visto como essa estratégia se desenvolveu na última década. As questões da guerra cultural serviram como um "pano vermelho" para eleitores revoltados, ao mesmo tempo em que os "*think tanks*" elaboravam planos de ação política. Os autores observam que "o neoliberalismo produz tanto o seu próprio veneno (precariedade, desigualdades sociais, insegurança econômica) quanto o seu antídoto imaginário de extrema direita. Gera, assim, um reencantamento de um 'nós' formado por pessoas simples e comuns, semelhantes entre si, silenciosas e trabalhadoras, ou seja, bons cidadãos que obedecem às regras e respeitam a autoridade do Estado".

Assistindo a um documentário recente sobre as manifestações de 1999 contra a OMC em Seattle (OMC/99, dirigido por Ian Bell), fiquei impressionado com o quanto as

coisas mudaram em um quarto de século. Confrontos com a polícia na época tiveram grande impacto e até levaram ao colapso da confiança pública nas instituições liberais. Em retrospecto, vejo outras diferenças notáveis: as manifestações haviam sido autorizadas nas proximidades dos locais afetados e não se observou o uso de técnicas de contenção que agora se tornaram comuns, como cerco policial etc. Ora, apenas dois anos após Seattle, observa-se que a escalada da violência na repressão aos manifestantes, tal como ocorreu na cúpula do G8 em Gênova, abriu caminho para o que se tornará uma tendência, a criminalização dos protestos. Os autores afirmam que "a guerra não é única ou necessariamente militar; ela atravessa todas as áreas, todas as instituições, todos os discursos".

O advento da China

O outro ponto que chama a atenção se encontra num trecho de noticiário citado no documentário, no qual se dizia que o novo acordo da OMC afetava mais de 90% do comércio mundial, já que a China só havia aderido à organização dois anos depois, de modo que poderíamos falar de 90% do comércio mundial sem contar a China. Naquela época, a participação da China no comércio mundial era de cerca de 3%; hoje é aproximadamente cinco vezes maior. A sua participação na produção global de bens manufaturados também aumentou cinco vezes, representando cerca de 30% do total mundial, quase o dobro da dos Estados Unidos. Os trabalhadores em Seattle temiam perder seus empregos para a globalização – eles estavam certos. É verdade que houve uma aliança entre os sindicatos e os jovens ativistas radicais, mas esse momento ficou para trás. A convergência deles agora parece tão improvável que é realmente doloroso pensar que pode ter acontecido num passado tão recente.

O livro examinado não fala sobre a China. A China pode ser vista como um elemento perturbador no esquema geral de duas faces apontado pelos autores, a convivência do neoliberalismo progressista com o neoliberalismo conservador. Pesquisadores como Isabella Weber apontaram que a questão de saber se a China é neoliberal não leva a lugar nenhum. A doutrina econômica do país foi construída sob a influência de fatores internos e externos que fazem com que as categorias clássicas de sociedade civil e de Estado (sem falar nas antigas categorias de *imperium* e *domínio*) se apliquem de forma limitada. A esperança que pode ser nutrida quando se chega ao final deste livro é que é possível nos libertarmos do jugo de um neoliberalismo ancorado no direito (*Recht*), mas é preciso que nos libertemos dos nossos próprios marcos analíticos.

Segundo os autores, o slogan que opõe 99% contra 1%, por mais estrepitoso que seja, não resume um mundo em que existem: a) "oligarquias aliadas, que defendem a ordem neoliberal por todos os meios do Estado (militares, políticos, simbólicos); b) classes médias aderentes ao neoliberalismo "progressista" e seu discurso sobre as virtudes da "modernização"; c) parte das classes populares e médias, cujo ressentimento é canalizado pelo nacionalismo autoritário; e, finalmente, d) um agrupamento amplo constituído nas mobilizações sociais contra a ofensiva oligárquica e que continua ligado a uma concepção igualitária e democrática da sociedade."

Tal complexidade impressionante – observam os autores – também pode esconder conexões subjacentes. Há um arquipélago composto por ilhas ligadas umas às outras por um leito vulcânico subaquático. É possível que, contra todas as probabilidades, a transição da demofobia para uma demofilia ocorrida no seio do neoliberalismo, por ser mais

tendenciosa e mais perversa, possa deixar o campo aberto para um novo tipo de política como destino. Uma coisa é clara: não há volta.